



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1.334/2026

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a <a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a> , para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a>	<b>Art. 1º</b> A ementa da <a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Regulamenta <del>a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias</del> , para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	"Regulamenta <a href="#">o art. 212-A, caput, inciso XII, da Constituição</a> , para <a href="#">dispor sobre</a> o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica." (NR)
<a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a>	<b>Art. 2º</b> A <a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 4º <del>A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.</del>	"Art. 4º <sup>^</sup> A implementação do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica terá como fontes de financiamento, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, aquelas previstas no art. 212-A, caput, incisos I e II, e inciso V, alíneas "a" e "b", da <a href="#">Constituição</a> , observadas as vinculações mínimas de que trata o inciso XI do referido artigo." (NR)
Art. 5º <del>O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.</del>	"Art. 5º <a href="#">Ato do Ministro de Estado da Educação atualizará, anualmente, o valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica até o último dia útil do mês de janeiro</a> <sup>^</sup> .
Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da <a href="#">Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007</a> .	<sup>^</sup>
	§ 1º O ato de que trata o caput produzirá efeitos a partir do mês de janeiro em que for feita a atualização do valor do piso salarial.
	§ 2º O percentual de atualização do valor de que trata o caput resultará da soma:
	I - do valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC do ano anterior ao da atualização; e
	II - de 50% (cinquenta por cento) da média, dos cinco anos anteriores ao ano de atualização, da variação percentual da receita real, com base no INPC, relativa à contribuição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.
	§ 3º O percentual de atualização do piso, calculado na forma prevista no § 2º, não poderá ser:



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	I - inferior ao valor do INPC relativo ao ano anterior ao da atualização; e
	II - superior à variação percentual da receita nominal do Fundeb ocorrida entre os dois anos anteriores ao da atualização, compreendidas no cálculo daquela variação as complementações da União.
<a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a>	<b>Art. 3º</b> Ficam revogados os seguintes dispositivos da <a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a> :
<p>Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.</p> <p>(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.334, de 2026)</p> <p>§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o caput deste artigo.</p> <p>§ 2º A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos.</p>	I - os § 1º e § 2º do art. 4º; e
<p>Art. 5º Ato do Ministro de Estado da Educação atualizará, anualmente, o valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica até o último dia útil do mês de janeiro.</p> <p>(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.334, de 2026)</p> <p>Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da <a href="#">Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007</a>.</p>	II - o parágrafo único do art. 5º.
	<b>Art. 4º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.